

1 Memória de Reunião

Data: 27/09/2024	Local Plataforma Virtual Jitsi Meet: https://meet.jit.si/CBHSMV
Início previsto: 13:30	Término previsto: 16:30
Objetivo: Pauta	
<p>I. Abertura e verificação de quórum;</p> <p>II. Continuidade da análise e proposição das ações, conforme debatidas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23/09/2024, referentes à Resolução AGERH no 003 (anexa), de 17/09/2024 - Declara Estado de Alerta frente ao prolongamento da escassez hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências:</p> <ul style="list-style-type: none">- atualização dos dados de vazão pela AGERH/Antonio Oliveira Junior (representante institucional);- informe CESAN, volume captado e volume destinado a indústria e Plano de Segurança da Água;- adoção de providências, moções e deliberações cabíveis sob a competência do CRH. <p>III. Informes gerais e encerramento.</p>	

2 Representantes Poder Público:

- 3 ➤ Cintia Aparecida Bremenkamp – INCAPER **(Presente)**
- 4 ➤ Fabiano Zamprogno Novelli – IEMA **(Presente)**
- 5 ➤ Lizandra Foeger – Prefeitura Municipal da Serra (Ausente)
- 6 ➤ Marcos Adriano Rauta- Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina (Ausente)
- 7 ➤ Mariângela Dutra de Oliveira – IFES Vitória (Ausente)
- 8 ➤ Rafaela Tesh – Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá **(Presente)**
- 9 ➤ Tarcísio Föeger - Prefeitura Municipal Vitória **(Presente)**

10 Representantes Usuários:

- 11 ➤ Carla Caon – Arcelor Mittal **(Presente)**
- 12 ➤ Deisy Silva Corrêa – CESAN **(Presente)**
- 13 ➤ Thais Peisino – Vale S.A **(Presente)**
- 14 ➤ Egnaldo Andreatta – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá **(Presente)**
- 16 ➤ Denilson Potratz – COPEAVI (Ausente)

17 Representantes Sociedade Civil:

- 18 ➤ José Luiz dos Santos Aristeu – Quilombo Benvindo P. dos Anjos (Ausente)
- 19 ➤ Yhuri Cardoso Nóbrega – Instituto Ambiental Marcos Daniel **(Presente)**
- 20 ➤ Carlos Eduardo Stein – Voz da Natureza (Ausente)
- 21 ➤ Jean Carlos Gratz Pedrini – Acapema (Ausente)
- 22 ➤ (Suplente) Carlos Rogério Thomé Pacheco – Rotary Club Vitória Oeste (Ausente)
- 23 ➤ (Suplente) Eraylton Moreschi – Juntos SOS ES Ambiental (Ausente)
- 24 ➤ (Suplente) Grazieli de Paula Pirovani – Instituto Lixo Zero (Ausente)
- 25 **Representante Institucional:**
- 26 ➤ Antônio de Oliveira Junior – AGERH **(Presente)**
- 27 **Convidados:**
- 28 ➤ Stephanie C. Zucoloto Magalhães - SEMMA/PMS **(Presente)**
- 29 ➤ André Lima - CESAN **(Presente)**
- 30 ➤ Ludimila Girondoli – CESAN **(Presente)**
- 31 ➤ Lenícia Kosanke Brum- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá
- 32 **(Presente)**
- 33 ➤ Lincoln e Fernando **(Presente)**
- 34
- 35 Reunião aos vinte e sete um dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e quatro, às
- 36 treze horas e trinta minutos, foi realizada a reunião Extraordinária virtualmente pelo aplicativo
- 37 Jitsi Meet, segue o link: <https://youtube.com/live/pAR9r23lx3M>.
- 38 O presidente Tarcísio Foëger deu início à reunião contextualizando os fatores que motivaram
- 39 a convocatória do comitê e abriu a palavra para o representante da AGERH no colegiado,
- 40 Antônio de Oliveira Júnior, para que apresentasse informações sobre a conjuntura hídrica
- 41 relacionada a Resolução AGERH, que estabeleceu cenário de alerta no ES. Dando início a
- 42 participação na reunião, Antonio apresentou sobre o regime de vazões do rio Santa Maria da
- 43 Vitória, destacando as vazões médias mensais captadas pela CESAN no período entre 2015 e
- 44 2023, em contraste com as vazões mínimas mensais monitoradas no rio no mesmo período,
- 45 registradas por força de condicionante prevista na Portaria de Outorga nº191. O fluviograma
- 46 apresentado demonstra a sensibilidade do regime de vazões da porção do baixo rio Santa
- 47 Maria da Vitoria que tem se apresentado constantemente dentro da faixa de vazões mínimas,
- 48 consideradas críticas. A recorrência de vazões críticas neste trecho do rio monitorado
- 49 representa claramente comportamento hídrico preocupante do ponto de vista da gestão dos
- 50 usos múltiplos na bacia. Informou que a situação, independente do cenário sem chuva,

51 demanda atenção, indicando a necessidade de uma abordagem diferenciada para a gestão
52 dos usos e das reservas hídricas na bacia, que em parte pode ser conduzida através do
53 protocolo operacional das hidrelétricas de Rio Bonito e Suíça. Alternativamente, é importante
54 considerar outras soluções hídricas que possibilitem maior reserva ou mesmo a racionalização
55 das demandas hídricas da bacia. O Sr. Tarcísio Föeger ressaltou que o cenário atual é
56 preocupante e que é imprescindível a adoção de medidas urgentes. Ele explicou que o
57 propósito desta reunião é avaliar se a resolução atual está atendendo de maneira adequada
58 às necessidades hídricas da bacia do rio Santa Maria da Vitória, buscando compreender se as
59 ações propostas são suficientes ou se será necessário encaminhar à Agerh a implementação
60 de ações complementares. Após, questionou Antônio de Oliveira Júnior se ele possui
61 informações sobre a vazão atual enfrentada e se poderia informar por quantos dias
62 conseguiram manter esse nível de vazão e de serviços. Antônio de Oliveira Junior comunicou
63 que a situação estará condicionada às diretrizes do protocolo operacional relacionado ao
64 statkraft. A partir de julho, foi publicada resolução de cenário de atenção, e em seguida agora
65 em setembro, a resolução de alerta, ambas fundamentadas ao monitoramento dos rios e
66 reservatórios e suas respectivas defluências, programadas para operarem segundo os
67 cenários citados.. No momento, o volume útil encontra-se em 80%, e essa quantidade está
68 sendo analisada em relação aos níveis de defluência e afluência de Rio Bonito, conforme a
69 vazão que está entrando na barragem. Em relação à capacidade de regularização do
70 reservatório, ao considerar apenas a captação da CESAN, ou seja, a vazão instantânea
71 destinada ao trecho final, é viável assegurar o abastecimento humano por um período
72 aproximado de dois meses. Contudo, essa estimativa está condicionada ao estado atual do
73 protocolo operacional, cabendo revisões de acordo com os cenários preditivos de chuva.
74 Entretanto, essa situação também representa uma oportunidade para analisar este protocolo
75 operacional e determinar o limite mínimo de defluência necessário para a realização de novas
76 projeções. Dessa forma, discutiríamos como objetivo de determinar qual a defluência mínima
77 necessária para atender às exigências estabelecidas na portaria de outorga e demais usos à
78 jusante da barragem. Após a obtenção dessa informação, o comitê deveria se reunir para
79 discutir e analisar os resultados. Em seguida, o Presidente abriu a palavra para outros
80 membros da plenária. André Lima fez uma complementação às informações apresentadas por
81 Antônio de Oliveira Júnior. Informando que no momento, o nível da barragem encontra-se em
82 cerca de 87% do volume útil total. Mencionando que estamos mantendo uma defluência
83 aproximada de 3.900, conforme estabelecido. Ele esclareceu que há uma curva-chave da

barragem e, em virtude da situação da starkraft, que estão acatando o decreto da Agerh, que impõe restrições à geração de energia desde o ano passado, o que tem levado à insuficiência na geração da vazão necessária. Destacou também que a influência deste volume de 87% na barragem assegura que, na ausência de precipitações durante este período e considerando apenas as contribuições mencionadas, a situação se mantém controlada. Egnaldo Andreatta complementou as observações feitas por Antônio de Oliveira Júnior, abordando a situação localizada acima da barragem. Ele salientou que os níveis de água nos córregos da região são satisfatórios e que não foram recebidos relatos de agricultores ou produtores rurais enfrentando dificuldades de irrigação em suas lavouras. Ele também relatou que a situação em Santa Maria de Jetibá é estável no que se refere à disponibilidade de água nas propriedades rurais. Adicionalmente, comentou sobre o que foi mencionado por André Lima a respeito da Resolução 004, de novembro e dezembro de 2023, instituída pela Agerh, destacando que ocorreram algumas alterações e que foram implementados esforços locais na região. Deisy Silva Corrêa apresentou dois representantes da Cesan: André Lima, que é engenheiro e atua como gestor da unidade de operação da produção de água Norte, responsável pela Estação de Tratamento de Água (ETA) Carapina e pela captação em Santa Maria. Também a engenheira Ludmila. Em seguida Tarciso Foëger passa para o **informe CESAN, volume captado e volume destinado a indústria e Plano de Segurança da Água; e adoção de providências, moções e deliberações cabíveis sob a competência do CRH**. André Lima cumprimentou a todos e iniciou uma breve apresentação ainda sobre o ponto de pauta II. Em seguida, apresentou um resumo histórico que contextualizou a crise hídrica ocorrida em 2015 até o cenário atual. Após Tarciso Foëger abriu o espaço para questionamentos. Stephanie C. Zucoloto Magalhães perguntou a André Lima sobre a elaboração do plano de segurança. Ela manifestou interesse em saber se a CESAN possui uma previsão para a criação desse plano, uma vez que sua implementação é recomendada pela portaria do Ministério da Saúde. Ressaltou que esse plano abrange não apenas a concepção do abastecimento, mas também a área de captação dos mananciais e diversos fatores externos. Ademais, toda a expertise adquirida em virtude das crises anteriores foi incorporada ao plano. No contexto atual de mudanças climáticas, considerando fundamental que a empresa possua um plano estruturado. Informando que quando menciona que o ano de 2024 não está dentro da curva-chave, isso sugere que este novo procedimento é distinto dos anos anteriores. Podemos ter essa segurança com base no decreto emitido pela Agerh sobre a geração de energia. Contudo, perguntou-se essa situação é prevista para se manter nos próximos anos ou se a considera

uma medida emergencial em resposta à crise enfrentada no final do ano passado. André Lima comunicou que, em relação ao plano de segurança hídrica, já tentou desenvolver essa iniciativa em duas oportunidades. Na primeira ocasião, buscou integrar diversos sistemas, mas não obteve resultados significativos. Posteriormente, direcionou seus esforços para os dois principais sistemas, Jucu e Santa Maria; no entanto, não conseguiu avançar, em razão da complexidade multidisciplinar que o plano demanda. Internamente, a CESAN tem procurado alternativas para a elaboração desse plano. Em seguida, mencionou que estava programada uma reunião com a STATKRAFT para ontem, mas, em virtude da agenda do diretor da Agerh, Zé Roberto, essa reunião foi remarcada para a próxima semana. Informando que propósito da conversa será discutir a questão da defluência, visando atender ao decreto estabelecido no ano passado. Antônio de Oliveira Junior destacou que o que consideramos um conforto em termos de defluência é, na verdade, bastante distinto. Embora tenhamos uma regra operacional, é importante prever que essa regra não se restrinja apenas ao abastecimento, mas sim aos múltiplos usos. Como mencionado, o fator de atenuação foi estabelecido para garantir o atendimento por um máximo de dois meses. Informou que fez suas observações com base na vazão de referência e não em relação ao protocolo que, na realidade, não está sendo cumprido. Após, pediu esclarecimento ao André Lima, perguntando se ele está referindo ao volume útil ou ao volume operativo. André Lima respondeu a Antônio de Oliveira Junior esclarecendo que, ao mencionar um nível “confortável”, referia-se especificamente ao uso múltiplo da bacia. Ele destacou que, se conseguirmos manter uma defluência em torno de 3,700 litros por segundo, seremos capazes de atingir de 4 a 5 metros cúbicos, o que garantirá uma vazão residual na bacia. Acredita que, mesmo assim, conseguiremos alcançar esse objetivo, não em janeiro ou fevereiro, mas com certeza até dezembro. Informou que com relação a esse nível e ao mencionar os 87%, destaco a diferença em comparação com a Statkraft, que possui um volume máximo definido até a válvula da tubulação de sua turbina, operando dentro desse limite. Em seguida, comunicou que a reunião da Agerh com a Statkraft e a CESAN foi antecipada; ao invés de ocorrer na sexta-feira, será realizada na segunda-feira à tarde. O tema central será a discussão sobre a alteração da vazão, e acredita que essa reunião representará o início do processo de revisão. Stephanie C. Zucoloto Magalhães questionou Antônio de Oliveira Junior sobre quais medidas ele considera que os usuários possam adotar para garantir que a vazão não permaneça abaixo do mínimo estabelecido como referência. De forma prática, quais ações ele visualiza, especialmente levando em conta a perspectiva dos usuários. Antônio de Oliveira Junior respondeu a Stephanie C. Zucoloto

150 Magalhães, informando que a Resolução 3 de 2024 estabelece a redução do volume diário
151 outorgado para a captação de água. Essa norma aplica-se a todas as portarias de outorga de
152 direito de uso de recursos hídricos emitidas em todo o estado, com os seguintes termos:
153 redução de 20% do volume diário outorgado para fins de irrigação, mediante uma diminuição
154 no tempo de funcionamento; e redução de 25% do volume diário outorgado para as captações
155 de água. Em relação às tomadas de água, há um sistema de bombeamento que resulta em
156 uma redução de 35% no volume outorgado para outras finalidades, exceto para usos não
157 consuntivos. O que se espera é obter dados que possam ser aprimorados. É fundamental que
158 realizemos esse refinamento em conjunto com a própria Cesan, considerando a vazão média
159 no histórico disponível, para garantir um monitoramento efetivo no período. Tarciso foëger
160 pergunto aos senhores conselheiros se tem mais elementos a serem encaminhados,
161 especialmente em relação às recomendações e cobranças a serem direcionadas à Agerh. É
162 importante que tentemos elaborar uma formulação específica para a bacia do rio Santa Maria
163 da Vitória. Além disso, precisamos avaliar se os itens elencados na resolução atendem às
164 questões que estamos discutindo, ou seja, se o que está contido na resolução é adequado
165 para a bacia do rio Santa Maria, considerando o diagnóstico que tivemos a oportunidade de
166 analisar nesta reunião. Fabiano Zamprogo Novelli, informou que considera a resolução como
167 concluída, entretanto acredita ser necessário realizar algumas fiscalizações e, gradativamente,
168 observar como o território está se comportando. Em seguida, Egnaldo Andreatta informou
169 que, em relação à resolução da Agerh, a sugestão é que a resolução 004 de dezembro do ano
170 passado, seja incorporada ao protocolo de entendimento sobre o uso das águas da barragem
171 assim que este for atualizado. Portanto, minha proposta não se alinha exatamente com as
172 recentes resoluções, mas sugere que um comitê encaminhe à Agerh o pedido para que essa
173 resolução seja permanentemente incluída no protocolo de entendimento sobre os usos das
174 águas da barragem. Tarciso foëger considera que os objetivos estabelecidos nessa reunião,
175 foram plenamente alcançados. Sugeriu que retomássemos essa reunião na próxima sexta-
176 feira. Antônio de Oliveira Junior enfatizou análise técnica, na qual destaca que,
177 reiteradamente, temos enfrentado uma frequência de vazões de exceção iguais ou inferiores
178 à prevista na portaria de outorga da CESAN apresentada na reunião. No órgão gestor, é nossa
179 responsabilidade atender a essas questões. Existe um instrumento de outorga que deveria
180 contemplar as condições de exceção, conforme estabelecido no artigo terceiro da referida
181 portaria. Todas as condições relacionadas devem ser cuidadosamente analisadas,
182 especialmente considerando as reiteradas ocorrências e circunstâncias que têm violado a

portaria. É fundamental que tenhamos em mente que, além do que já está estabelecido em
nosso regulamento, é crucial observar tais diretrizes. Gostaria de propor uma reflexão
orientadora ao comitê, para que compreenda a importância de um regulamento ativo. Para
que um conjunto de diretrizes seja efetivo, ele não pode ser apenas um documento assinado;
deve ser uma prática dinâmica e vivida. Tarciso fooger relatou que todos testemunharam
recentemente uma mortandade de peixes no rio Santa Maria, o que impactou a população
pesqueira artesanal em Vitória. Até o momento, não se tem clareza sobre as causas desse
evento. Embora não possamos afirmar que essa mortandade esteja diretamente relacionada
ao equilíbrio hídrico entre água doce e salgada, também não podemos descartar essa
possibilidade. Cintia Aparecida Bremenkamp considero fundamental à necessidade de uma
campanha de conscientização com urgência. Fabiano Zamprogno Novelli levantou uma
questão relacionada ao planejamento da Agerh, questionando se há alguma previsão para a
realização de atividades mais intensivas ou até mesmo orientativas em relação à bacia da qual
somos conselheiros. Antônio de Oliveira Junior confirmou a existência de um trabalho
coordenado entre a Defesa Civil, a Polícia Ambiental, o IDAF, o IEMA e a AGERH. Atualmente,
contamos com uma equipe realizando um nivelamento técnico, já havendo profissionais em
campo. Estamos regionalizando algumas bacias que já apresentam conflitos significativos. É
essencial coletar esses dados, pois é necessário coordenar e garantir a coexistência de
esforços distintos. Após a confirmação de Tarciso Fooger com todos os participantes, a
próxima reunião foi agendada para sexta-feira, dia 04 de outubro de 2024, às 09h30. Em
seguida, a reunião foi encerrada às dezesseis horas. A presente Ata foi lavrada por mim, Nicolly
Pereira Fidelis, em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

Tarcísio Föeger
Presidente

Deisy Silva Corrêa
Secretário Executivo